



EDUCAÇÃO FISCAL: VISÕES CRÍTICAS E PARTICIPATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mayara Cristina Gomes De Brito

Universidade Federal de Pernambuco- mayaracgbrito@gmail.com

Maria de Fatima da Conceição Dutra

Universidade Federal de Pernambuco- fatima.dutrac@hotmail.com

Shirley dos Santos Vera Cruz

Universidade Federal de Pernambuco – Shirley.sds@hotmail.com

INTRODUÇÃO:

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, Art. 1º):

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ou seja, desenvolve-se nos diferentes ambientes da sociedade, de forma a trazer conhecimentos sociais e culturais diversos, ainda mais, quando esse conhecimento está relacionado à vivência local dos estudantes, dando um maior significado, devido a identidade e ao pertencimento que têm por determinada localidade.

Além disso, a LDB (Lei 9.394/96, Art. 29) fala da finalidade da Educação Infantil, como “primeira etapa da educação básica” e responsável pelo início da formação da criança, de maneira a “desenvolver, de forma integral, os aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade”. E, por este motivo, que vemos como essencial a compreensão das crianças, ainda na Educação Infantil, isto é, entre 0 a 5 anos de idade, e, conseqüentemente, com os seus familiares, aos temas que desenvolvam as suas reflexões e práticas críticas, relacionadas à sociedade na qual fazem parte.

Desta forma, desenvolvemos um projeto que visa conscientizar os estudantes da Educação Infantil e à sua comunidade escolar a importância dos seus papéis enquanto sujeitos sociais, frente às contribuições fiscais do seu município, e, de uma forma geral, do seu país, proporcionando conhecimentos e atitudes críticas, tanto para as crianças, como para os adultos envolvidos (seus familiares e funcionários da escola), de forma a se reconhecerem como participante direto do sistema de arrecadação fiscal, bem como, da sua fiscalização e dos resultados gerados para a comunidade local. Pois, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a criança da nessa faixa etária, entre 0 e 5 anos, é considerada como: “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p. 12).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Entendendo, por esta descrição das DCNEI (2010), a relevância em desenvolver temas sociais, como a fiscalização tributária e as consequências para a sociedade, por direcionar a construção da identidade e do pertencimento da criança com as situações políticas, econômicas e críticas da sua comunidade.

Assim, o referido artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido em um Centro de Educação Infantil (CEI), situado no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. O estudo tem como objetivo central refletir o processo de contribuição, fiscalização, arrecadação e consequentes retornos tributários, voltados à comunidade sob a forma de saúde, educação, segurança e saneamento básico, bem como, uma mudança na prática econômica, política e social familiar de todos os envolvidos: as crianças e toda a comunidade escolar, de forma crítica, conjunta e participativa.

Para tanto, utilizamos, como aporte teórico, os dados e as concepções do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2010), do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF, 2011), da LDB (1996), da DCNEI (2010).

METODOLOGIA:

Com base nos depoimentos prévios das crianças, bem como nos relatos de experiências dos pais, da comunidade e dos funcionários, mediante rodas de conversas, nos estudos semanais, cujas respostas apontaram, na maioria dos casos, para um tipo de desconhecimento ou um conhecimento mínimo sobre as contribuições e arrecadação fiscal, realizadas pelos cofres públicos, ou seja, os proventos em forma de serviços públicos de qualidades, oferecidos à população sob a forma de saúde, educação, segurança, transporte, dentre outros.

Desta forma, procuramos intervir, a partir de etapas educacionais do projeto, tomando como alicerce as pesquisas de fontes como: IBPT, TCU e PNEF, com o intuito de trazer uma reflexão sobre os valores gerais da carga tributária nacional, comparando-os com as de outros países, considerados desenvolvidos, e, também, àqueles que fazem parte do mesmo nível de desenvolvimento socioeconômico que o Brasil, como as BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul).

Assim, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, o Brasil vem sendo considerado um dos países com maior carga tributária entre os BRICS:

O Brasil tem a maior carga tributária dos países que compõem os BRICS: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. Enquanto que no Brasil a carga tributária em relação ao PIB é de mais de 36%, na Rússia é de 23%, na China de 20%, na Índia de 13% e na África do Sul de 18%. A média da carga tributária dos BRICS, incluindo o Brasil, é de 22%. Excluindo o Brasil, a média da carga tributária é 18,5%. Ou seja, o Brasil tem quase o dobro da média de carga tributária dos outros dos países que formam os BRICS. (IBPT, 2013, p. 2)

Buscamos comparar, ainda, a carga tributária brasileira com as de outros países, de âmbito internacional, considerados desenvolvidos. Segundo os dados informados pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2012, p.18):

A carga tributária brasileira ficou na 9ª posição entre os 29 países pesquisados, superando a de países desenvolvidos como Suíça, Canadá, Estados Unidos,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Austrália e Japão (...) apesar de a carga tributária brasileira ter alcançado a 9ª posição, a renda per capita brasileira ainda se encontra na 24ª posição. Isso revela um nível de tributação no país compatível com o dos países mais ricos, mas ainda distante do mesmo nível de produtividade e renda dessas nações.

Com base nos dados relatados à cima, entendemos que, mesmo o Brasil sendo considerado um dos países que mais cobram impostos no mundo, o mesmo continua pertencendo ao grupo de países em desenvolvimento, o que pode ser justificado pelo seu contraditório nível de desigualdade social e à sua má distribuição de renda.

Logo, Buscamos interdisciplinar este tema mais amplo à realidade mais próxima dos envolvidos, ou seja, abordamos o tema em questão a um contexto mais global (a atual situação do Brasil de acordo com os dados tributários do mesmo), e, depois atrelá-lo ao estudo do contexto tributário local do município do Cabo de Santo Agostinho. Esse processo se dará através de atividades teóricas e práticas desenvolvidas ao longo do processo de ensino/aprendizagem.

Primeiramente, realizamos a apresentação do projeto, destinado tanto às crianças, como aos seus familiares, descrevendo as etapas e o período do mesmo, tendo sido desenvolvido durante dois meses, a partir de encontros semanais.

Com os adultos realizamos palestras informativas e expositivas sobre o atual contexto tributário do país, com o auxílio dos vídeos: Tributos: que história é essa? TV escola. Disponível em: (<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?idItem=687>) e Educação história dos tributos - Programa Nacional Fiscal. Disponível em: (<http://eductrib.blogspot.com.br/2011/12/historia-dos-tributos-paulo-betti.html>).

Posteriormente, fizemos um estudo sobre a arrecadação fiscal do município do Cabo de Santo Agostinho/PE. Através do manual do contribuinte da série: Cabinho e seus amigos, um guia prático sobre a consciência fiscal da comunidade (*Copyright*© 2007 - LHC Associados/*Prefeitura do município do cabo de santo Agostinho*).

Simultaneamente, com as crianças, realizamos rodas de conversas sobre a importância de pedir as notas fiscais das compras realizadas e também de como é feita a arrecadação fiscal. Utilizamos como recurso para esta etapa, o vídeo: O menino que enfrentou o pirata, disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=DtPUMavPB24alidade>).

Buscando trazer as crianças para a realidade prática, fizemos uma atividade extraescolar com as estas e os seus responsáveis. Realizarmos uma manhã de compras, num ponto comercial próximo à escola, onde todos os presentes puderam observar e participar ativamente do processo de compra e venda e do pedido da comprovação de pagamento (a nota fiscal).

Em outro momento fizemos um rodízio de apresentações, por grupos de crianças, onde cada um ficou responsável por apresentar temas referentes aos tributos e à ação cidadã. sendo assim, ocorreram: simulações de compras, venda e entrega de notas fiscais; apresentação da paródia: Cidade limpa, impostos em dia; exposição e explicação de um organograma simples, contendo símbolos de produtos, imóveis, dinheiro, cofres públicos, praças, hospitais, escola, saneamento e outros.

Ao final, como culminância do projeto, fizemos uma gincana onde participaram todos que haviam se envolvido no projeto, durante os dois meses. A gincana contou com dois grupos, um com representantes do turno da manhã e o outro, do turno da tarde. A contabilização dos pontos, pelos grupos, se deu a partir de algumas dinâmicas, foram elas: Resolução de questões sobre o tema arrecadação fiscal;



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

apresentação dos produtos de limpeza arrecadados na comunidade, no decorrer do projeto, para serem doados a uma entidade de idosos; apresentação das notas fiscais, arrecadadas durante o projeto; apresentação de comprovantes de pagamentos tributários (IPVA, IPTU, IRPF, entre outros); simulação de vivências cotidianas, de acordo com o tema.

O resultado da gincana foi empate, para ambos os grupos, e a premiação foi uma manhã de lazer na praia de Suape/PE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao final, percebemos que muitos dos objetivos traçados foram, de fato, alcançados, pois importantes mudanças no comportamento tanto das crianças, como dos adultos passaram a fazer parte da sua vivência e do seu cotidiano, pois através de falas como: “agora, eu exijo a nota fiscal” (fala de alguns familiares dos estudantes); “quando for comprar minha boneca, eu vou pedir a nota” (fala de uma das crianças); “as praças, os hospitais e as escolas são feitas com o dinheiro do imposto” (fala de uma das crianças). No momento da gincana percebemos, também, que muitos adultos já se expressavam bem e de forma clara como se dava a arrecadação dos impostos e o seu retorno para a comunidade. As crianças, nas suas apresentações falavam sobre os investimentos que são feitos no município a partir da arrecadação dos impostos. Muitos familiares discutiram sobre a má distribuição de renda que é feita no Brasil e na sua comunidade, conseqüentemente. A escola passou a ter maior participação dos pais nos encontros, reuniões e festividades e a comunidade local passou a trabalhar mais em conjunto com a escola.

CONCLUSÃO:

Os resultados foram bastante satisfatórios, servindo, realmente, como intervenção entre os envolvidos. Já, que, tanto as crianças, como, os adultos mostraram interesse em participar, de forma a entender, refletir e conscientizar-se da importância de participar da arrecadação fiscal do seu município, se vendo, desta forma, como sujeitos sociais diretos do processo, bem como, adquirir domínio crítico para reivindicar os seus direitos enquanto cidadão e participante dos elevados e contraditórios números relacionados aos níveis socioeconômicos do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

IBTP- Instituto Brasileiro de planejamento e Tributação, 2013. Disponível em: <https://www.ibpt.com.br>.

PNEF- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL / PLANO ESTRATÉGICO 2008 – 2011. Brasília / Unai – DF, 2008. Disponível em:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/educacao-fiscal/pnef/pasta-sobre-o-programa/arquivos/planejamento-estrategico-2008-2011>.

TCU- Tribunal de Contas da União, Brasília- DF, 2013. Disponível em:
<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2013.htm>.